



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 7ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

Local: Auditório da URB (Sede da URB Recife - Avenida Oliveira Lima, nº. 867 - Boa Vista)

Data: 18 de Abril de 2017

Horário: 09h às 12 h

PAUTA:

- ✓ Debate do Diagnóstico – Demandas e necessidades (Aspectos territoriais).
- ✓ Outros informes.

Participantes da reunião da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: Cezar Augusto Lopes, Marcela Paiva, Norah Neves, Luciana Félix, José Fernandes e Fernando Alcântara.
- ✓ Dos Conselheiros de segmentos Empresariais: Sandro Guedes (ADEMI/PE).
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Alexandre Pachêco (CENDHEC), Socorro Leite (HABITAT) e Noé Sérgio (IAB/PE).
- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: João José da Silva (MLPC/PE), Ubiratam da Silva (UNMP) e Degenildo Trajano (PREZEIS).
- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Socorro Cavalcanti (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), Carlos Alberto (Poder Público), Anabel Garcia (Poder Público), Flávia da Silva (Poder Público), Rosa Campelo (Poder Público), Tereza Lessa (Poder Público), Stela Cerneiro (Poder Público), Tereza Borba (Poder Público), Silvana Silva (Poder Público), Driely Virgínia (Poder Público) e Gleyce Medeiros (Poder Público), Sérgio Ribeiro (Lucena Consultoria), Igor Jordão (Lucena Consultoria), Tereza Mansi (Direitos Urbanos).

Resumo da reunião:

- ✓ Iniciou-se a reunião com o repasse de informes sobre a impossibilidade de participação de um dos representantes da Lucena Consultoria, este, seria o responsável pela apresentação do tema. Desta forma, sugeriu-se abordar o tema que trata da questão normativa, já que na reunião anterior, o representante desta área não esteve presente.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 7ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

- ✓ Socorro Leite (HABITAT) questionou o tempo de recebimento das contribuições para diagnóstico com o prazo de conclusão dos trabalhos da empresa e se a Lucena Consultoria está incluindo as contribuições enviadas pelos membros da Câmara. Perguntou, ainda, acerca do prazo para finalização desse documento e conclusão dos demais produtos do PLHIS. Solicitou a socialização de todos os produtos (relatórios) concluídos pela Prefeitura Recife, com os membros da Câmara.
- ✓ Fernando Alcântara (Poder Público) lembrou que na última reunião da Câmara, acertou-se que o diagnóstico poderia receber novos acréscimos até à conclusão de todos os produtos e que a Câmara deverá encerrar as questões do diagnóstico até o final do mês de abril, para ser dado início à discussão dos outros produtos.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) reforçou o argumento de Socorro Leite (HABITAT), onde se relatou que a Lucena Consultoria deveria incorporar as contribuições já feitas pelos representantes da Câmara.
- ✓ O representante da Lucena Consultoria perguntou quem está encarregado de receber as informações encaminhadas pelos representantes da Câmara. Tarciana Medeiros, que é gestora do Conselho (Poder Público), informou que recebeu, via e-mail, três contribuições e que foram repassadas para Norah Neves (Poder Público).
- ✓ Socorro Leite (HABITAT) solicitou espaço para apresentar suas observações feitas para o diagnóstico.
- ✓ Noé Sérgio (IAB/PE) lembrou que: na última reunião solicitou alterar, no diagnóstico, o conceito de “área central” para “áreas centrais”, dentro da concepção do centro expandido.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) recordou um encaminhamento da última reunião, que propunha a apresentação dos projetos em andamento no ICPS. Solicitou que a Câmara definisse a data para esta reunião, reiterando que ICPS está à disposição para realizar a referida apresentação.
- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) evidenciou que o PLHIS deve conter alterações de parâmetro urbanístico, e que talvez não deva esperar a conclusão do Plano Diretor. Norah Neves (Poder Público) esclareceu que o PLHIS define as diretrizes e que a revisão de parâmetros cabe aos planos que fazem a legislação urbanística.
- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) afirmou que há uma grande soma de recursos destinada a essa área e que as cidades estão se preparando para captar. Dessa forma, Recife deve ter o cuidado para não perder essa oportunidade.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) argumentou que os investimentos em habitação de interesse social não são somente em moradia, mas também em infraestrutura, utilização de prédios abandonados, investimentos em vazios urbanos. Complementou informando que o município está





CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 7ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

levantando os terrenos vazios e que, no momento, são contabilizados oito terrenos, dos quais, dois deles já podem ser utilizados, como é o caso do terreno de Caranguejo Tabaiaras.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) fez referência à presença de Igor Jordão (Lucena Consultoria) da área jurídica, que deveria ter apresentado o tema sobre a questão normativa na reunião anterior, porém, não pôde estar presente. Repassou a palavra para que ele pudesse expor os conteúdos do diagnóstico sobre a parte normativa, tendo a concordância de todos os presentes.
- ✓ Socorro Leite (HABITAT) perguntou sobre o Plano Municipal de Saneamento, argumentando que ele tem uma conexão muito forte com a Câmara de Habitação.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) citou o Mapeamento de Áreas Críticas e falou das suas interfaces com o PHLIS, que este deverá promover forte investimento em saneamento integrado e apontou o Programa Capibaribe Melhor pelo investimento em habitação de interesse social. Sobre essa questão, considerou a importância de convidar a Secretaria de Saneamento para apresentar à Câmara de Habitação o que está se fazendo nesta área.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) questionou a existência de vários Conselhos e que tipo de interface poderia se fazer considerando a política de habitação de interesse social. O representante da Lucena Consultoria informou que em Recife existe um fundo de habitação, mas que não está ativado.
- ✓ Sobre o diagnóstico de áreas críticas, Alexandre Pachêco (CENDHEC) afirmou que, no texto, não estão claros os limites das ZEIS e das CIS. Noé Sérgio (IAB/PE) explicou que as CIS contêm as ZEIS. O consultor da Lucena justificou que o diagnóstico do plano de habitação faz referências às ZEIS e às CIS, mas que as CIS não constituem uma referência legal. Norah Neves (Poder Público) lembrou que o Plano Diretor deve incorporar essa discussão como parâmetro urbanístico legal, bem como, o Plano de Habitação pode incorporar algumas diretrizes nesse sentido.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) referiu-se a algumas dificuldades de atendimento à legislação atual para as habitações de interesse social, a exemplo da Lei do teto verde e do número de vagas de estacionamento exigido. A gestão antecipou o debate para buscar ajustes na legislação sem precisar aguardar a finalização do PHLIS, objetivando aumentar o potencial construtivo dos terrenos e atender de forma adequada essa faixa de renda.
- ✓ Fernando Alcântara (Poder Público) levantou que essa exigência do teto verde pode ser substituída como hortas comunitárias em conjuntos habitacionais de interesse social.
- ✓ O consultor explicou que o plano é aprovado no legislativo, porém, não significa uma lei. O plano tem um horizonte temporal que dever ser periodicamente revisto.

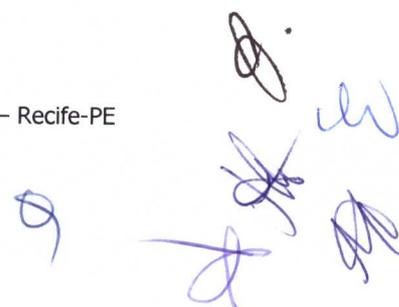
CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 7ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

- ✓ Sobre a proposta de um conselho de habitação de interesse social, Alexandre Pachêco (CENDHEC) sugeriu sua criação para tratar da questão sem especificar a exclusividade da área de habitação.
- ✓ João José (MLPC/PE) lembrou que o diagnóstico deve incluir a existência da Lei do fundo do PREZEIS.
- ✓ Ubiratam da Silva (UNMP) ressaltou que os investimentos imobiliários ocorrem onde se tem maior infraestrutura e investimento metroviários. Complementou que a população das ZEIS e de bairros populares deve conhecer as propostas do Plano de Habitação.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) ressaltou que a Câmara necessita avançar com a discussão do plano, fechar o diagnóstico e elaborar propostas para a área de habitação.
- ✓ Ao final, Ubiratam Silva (UNMP) solicitou informações sobre a construção de habitação no terreno do Aeroclub, no Pina. Norah Neves (Poder Público) esclareceu que está se estudando construir no local, 500 habitações de interesse social dentro do programa Minha Casa Minha Vida. Informou que o município está solicitando do Patrimônio da União a doação dessas áreas, pois assim, permitirá a regularização municipal.

Encaminhamentos:

- ✓ Fazer contato com a Secretaria de Saneamento para que esta apresente na Câmara de Habitação informações sobre o Plano Municipal de Saneamento. Tarciana Medeiros (Poder Público) lembrou que esta Secretaria tem acento na Câmara, podendo ser acertada essa pauta posteriormente com o seu representante que no momento estava ausente.
- ✓ A representante da Secretaria de Saneamento informou que existe uma proposta de pauta do conselho da cidade para apresentar o Plano de Saneamento.
- ✓ Sugestão para realizar no dia 27/04 a reunião da Câmara de Habitação, tendo como pauta: Necessidades habitacionais. As contribuições permanecem para o dia 28/04/17.
- ✓ Preparar slides com sínteses das discussões realizadas na Câmara para apresentar na reunião do Conselho da Cidade.





CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 7ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

Conselheiros presentes indicados pelos seus respectivos segmentos que integram a Câmara Técnica:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Alexandre Pachêco (CENDHEC)	
Cezar Augusto Lopes (Poder Público)	
Degenildo Trajano (PREZEIS)	
João José da Silva (MLPC/PE)	
Luciana Félix (Poder Público)	
Marcela Paiva (Poder Público)	
Norah Neves (Poder Público)	
Sandro Guedes (ADEMI)	